



12, 13 e 14 de novembro

# SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2025

A Convivência na Educação Básica e no Ensino Superior: desafios e perspectivas

## RESUMO EXPANDIDO

Grupo de Trabalho (GT): GT 01

Modalidade do trabalho: Comunicação oral

Formato de apresentação: On-line

### DECOLONIZAR O CURRÍCULO ESCOLAR: RECONHECIMENTO CULTURAL E PERTENCIMENTO COMO CAMINHOS PARA O ENGAJAMENTO ESTUDANTIL

Raimunda Gomes Maciel<sup>1</sup>

Maria Betânia de Carvalho Fidalgo Arroyo<sup>2</sup>

Ana D'Arc Martins de Azevedo<sup>3</sup>

**PALAVRAS-CHAVE:** Decolonialidade; Currículo escolar; Reconhecimento cultural; Educação libertadora; Pertencimento.

#### 1 INTRODUÇÃO

A escola moderna foi historicamente constituída como uma instituição de controle e homogeneização cultural, voltada à reprodução de valores ocidentais, eurocentrados e universalistas. No entanto, em sociedades marcadas pela diversidade étnica, linguística e epistemológica — como o Brasil —, essa estrutura curricular excludente gera profundas rupturas entre os sujeitos e os saberes. Muitos alunos não se reconhecem no espaço escolar porque a escola não fala a sua língua, não legitima suas memórias, nem valoriza suas formas de interpretar o mundo.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (UNAMA). Mestra em Gestão de Recursos Naturais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0256269292991992>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0418-7285>.

<sup>2</sup> Docente permanente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da UNAMA. Pesquisadora/ Coordenadora da linha relações de gênero do grupo de pesquisa GEPIDII/ UNAMA. Pesquisadora no grupo de Pesquisa em Inovação e Gestão organizacional GPIGO/UNAMA.

<sup>3</sup> Doutora pelo programa de Pós-Graduação em Administração PPAD pela Universidade da Amazônia (UNAMA); Mestrado em Ensino Superior e Gestão Universitária pela Universidade da Amazônia (UNAMA), Pesquisadora/ Coordenadora da linha relações de gênero do grupo de pesquisa GEPIDII/ UNAMA.

Realização



Financiamento



Apoio





# SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2025

## A Convivência na Educação Básica e no Ensino Superior: desafios e perspectivas

Essa percepção, expressa na fala que motiva este trabalho, é mais que uma constatação empírica: é o sintoma de uma colonialidade estrutural. Quando os alunos expressam desinteresse, violência ou apatia, estão reagindo a um ambiente em que suas culturas são silenciadas e suas identidades desvalorizadas. É preciso, portanto, repensar o currículo como um território político de disputa, onde se decide quem pode falar, o que pode ser ensinado e de que forma.

Para Freire (1996), a escola que nega a voz do educando comete uma violência simbólica ao transformar o processo educativo em uma prática “bancária”, na qual o professor deposita conhecimentos prontos em mentes passivas. O educando, nesse contexto, torna-se um objeto e não um sujeito do saber. A superação dessa lógica exige uma pedagogia dialógica, pautada na escuta, na troca e na valorização da experiência de vida do estudante.

Essa problemática convida à reflexão sobre o caráter colonial das estruturas curriculares, ainda marcadas por epistemologias eurocentradas que marginalizam saberes locais, orais e comunitários. A partir da questão “será que a escola fala a língua do aluno?”, este estudo propõe pensar o currículo como um território de disputa simbólica, onde se decide quais vozes e conhecimentos são reconhecidos como legítimos.

Assim, o objetivo central deste trabalho é discutir, sob uma perspectiva decolonial, como o reconhecimento das culturas dos estudantes pode contribuir para seu engajamento e sentimento de pertencimento escolar, transformando a escola em um espaço de pluralidade epistêmica e de justiça cognitiva. Portanto, decolonizar o currículo significa subverter o paradigma hegemônico que naturalizou o eurocentrismo e reabrir o campo educacional à diversidade epistemológica, estética e ética dos sujeitos historicamente marginalizados.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A reflexão fundamenta-se nas epistemologias decoloniais latino-americanas e nas pedagogias críticas do Sul global, as quais propõem a superação das hierarquias epistêmicas impostas pela modernidade colonial. A colonialidade, conforme formulada por Quijano (2000), é entendida como o lado obscuro da modernidade — um sistema que perpetua desigualdades por meio da imposição de um padrão de poder, ser e saber eurocentrado. No campo educacional, essa lógica

Realização



Financiamento



Apoio





# SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2025

## A Convivência na Educação Básica e no Ensino Superior: desafios e perspectivas

se manifesta na valorização exclusiva de matrizes epistemológicas europeias, marginalizando os conhecimentos ancestrais, indígenas, quilombolas e populares.

Para Mignolo (2003), o currículo escolar é um espaço onde a “matriz colonial do poder” se reproduz, pois ele legitima apenas certos modos de pensar e de dizer o mundo. O autor propõe o conceito de desobediência epistêmica, um movimento de ruptura com a pretensa universalidade do saber ocidental e de revalorização das epistemologias subalternizadas. Essa proposta se articula à noção de interculturalidade crítica de Walsh (2009), que defende a criação de espaços pedagógicos dialógicos, nos quais os conhecimentos sejam construídos em relação e não em hierarquia. Walsh (2009) argumenta que a educação decolonial não é apenas um projeto teórico, mas uma prática de reexistência, enraizada nas lutas concretas dos povos historicamente silenciados.

Freire (1996), em sua pedagogia libertadora, já antecipava esse debate ao afirmar que a educação deve ser um ato de amor e coragem, e não de dominação. Sua crítica à “educação bancária” denuncia o caráter opressor de uma escola que não reconhece o aluno como sujeito de saberes. Freire (1996) propõe uma pedagogia da escuta, que parte da leitura do mundo do educando como ponto de partida para a leitura da palavra. Nessa perspectiva, o diálogo é o método fundamental para uma educação emancipadora e culturalmente situada.

Santos (2010) complementa esse debate ao propor a noção de ecologia dos saberes, segundo a qual todas as formas de conhecimento têm validade contextual. Ele critica o que chama de “monocultura da ciência moderna”, que reduz a pluralidade epistêmica a um único modelo de racionalidade. Para o autor, não pode haver justiça social global sem justiça cognitiva: reconhecer os saberes subalternos é uma condição para reconstruir a escola como espaço de dignidade e diversidade.

A questão do reconhecimento, trabalhada por Honneth (2003), fornece um suporte ético a essa discussão. O filósofo argumenta que a luta por reconhecimento é a base moral das relações sociais, e sua ausência gera invisibilidade, ressentimento e violência simbólica. Na escola, a negação do reconhecimento cultural traduz-se em desmotivação, evasão e desinteresse. Já Gomes (2017) propõe uma educação afirmativa, pautada no reconhecimento das identidades negras e indígenas como forma de reparação histórica e reconstrução da

Realização



Financiamento



Apoio





12, 13 e 14 de novembro

# SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2025

A Convivência na Educação Básica e no Ensino Superior: desafios e perspectivas

autoestima. Para ela, o currículo deve ser compreendido como território de disputa simbólica e política, onde se decide quem tem voz e quais culturas têm lugar.

Desse modo, o referencial teórico aqui mobilizado evidencia que decolonizar o currículo é mais do que incluir conteúdos culturais: é transformar a estrutura epistêmica da escola. Significa reorientar o processo educativo para a escuta, o diálogo e a valorização dos saberes plurais, reconhecendo que o conhecimento é produzido de forma relacional e situada — e não universal e homogênea.

## 3 METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa e de caráter bibliográfico, fundamentada em autores que discutem a decolonialidade, o currículo e a pedagogia crítica. Foram analisados livros, artigos e documentos oficiais publicados entre 2010 e 2024, selecionados por sua relevância teórica e contribuição para a compreensão das relações entre currículo, identidade e reconhecimento.

O procedimento metodológico seguiu as orientações de Gil (2019) e Minayo (2022), organizando-se em três etapas: (1) levantamento e seleção das produções acadêmicas pertinentes; (2) leitura analítica e categorização dos conteúdos segundo os eixos “colonialidade do saber”, “práticas pedagógicas” e “reconhecimento discente”; e (3) síntese interpretativa dos dados à luz do referencial teórico de Freire (1996), Santos (2010) e Walsh (2009, 2013).

Essa metodologia possibilitou uma análise crítica do currículo escolar como espaço de disputa simbólica e construção identitária, permitindo compreender como práticas educativas de base decolonial podem contribuir para o engajamento estudantil e a transformação social.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO (se houver)

A análise dos referenciais teóricos e das experiências pedagógicas documentadas na literatura revela que o currículo escolar brasileiro ainda se estrutura sob forte influência da racionalidade moderna-colonial, cuja lógica se baseia na hierarquização de saberes e culturas. Essa constatação converge com a crítica de Quijano (2000), que identifica na colonialidade do saber uma das principais formas de reprodução das desigualdades epistemológicas. O currículo, ao privilegiar a ciência ocidental e desconsiderar os saberes comunitários e ancestrais, reforça a

Realização



Financiamento



Apoio





# SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2025

A Convivência na Educação Básica e no Ensino Superior: desafios e perspectivas

marginalização dos grupos subalternizados, transformando a escola em um espaço de exclusão simbólica.

Um dos resultados mais evidentes desta revisão é o reconhecimento de que o desinteresse estudantil e a indisciplina não devem ser interpretados apenas como problemas comportamentais, mas como manifestações de resistência a uma instituição que frequentemente nega as identidades dos sujeitos que dela participam. Freire (1996) já afirmava que o aluno se torna desmotivado quando é tratado como objeto e não como sujeito da aprendizagem. Essa leitura é reforçada por Honneth (2003), ao sustentar que a ausência de reconhecimento gera sentimentos de invisibilidade e desvalorização, desestruturando a autoestima e o engajamento social dos indivíduos.

Os estudos analisados demonstram que práticas educativas de base decolonial — como o ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas, os projetos de arte-educação e as pedagogias interculturais — promovem mudanças significativas na relação dos alunos com o conhecimento e com a escola. Em experiências relatadas por Gomes (2017), alunos que se reconhecem no conteúdo escolar tendem a apresentar maior participação, autoestima e protagonismo. Isso confirma o argumento de Walsh (2009) de que a interculturalidade crítica é mais que convivência entre diferenças: é um processo de redistribuição epistêmica e reconhecimento mútuo, no qual o ato de ensinar se transforma em um exercício político de reciprocidade.

Outro ponto emergente diz respeito ao papel das políticas públicas educacionais. A análise das produções de Santos (2010) e Mignolo (2003) evidencia que a decolonização curricular não pode se restringir à ação individual de professores, mas deve ser institucionalizada por meio de políticas formativas e de gestão escolar. Para Santos, é necessário romper com a “monocultura do tempo linear” da modernidade e criar “ecologias de saberes” que articulem ciência, arte, ancestralidade e experiência cotidiana. Isso implica uma transformação estrutural do currículo, que deve ser concebido como território de tradução intercultural, e não como mera sequência de conteúdos disciplinarizados.

A partir dessa leitura, a escola passa a ser compreendida como espaço de enunciação e resistência, em que o aluno deixa de ser receptor e se torna produtor de conhecimento. Essa virada epistemológica exige, como defende Walsh (2013),

Realização



Financiamento



Apoio





# SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2025

**A Convivência na Educação Básica e no Ensino Superior: desafios e perspectivas**

uma “pedagogia da reexistência” — um fazer educativo comprometido com a reconstrução das subjetividades e com a valorização das formas plurais de viver e aprender. Tais práticas se evidenciam em projetos pedagógicos que incorporam a oralidade, a arte, as narrativas de território e o saber comunitário como partes legítimas do processo educativo.

Portanto, os resultados indicam que a decolonização curricular é um caminho possível para enfrentar o desengajamento e a violência simbólica nas escolas, desde que acompanhada por políticas públicas sustentáveis, formação docente continuada e espaços de escuta ativa. Trata-se de uma prática que articula justiça cognitiva e justiça social, ressignificando o papel da escola como lugar de pertencimento, criação e emancipação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite afirmar que a decolonização do currículo escolar constitui um imperativo ético, político e pedagógico para as sociedades marcadas pela diversidade cultural e pela herança colonial. O desinteresse dos alunos, frequentemente interpretado como falha individual, deve ser compreendido à luz da negação histórica de seus saberes, vozes e identidades no espaço escolar.

Decolonizar o currículo não significa apenas revisar conteúdos, mas redefinir os fundamentos epistemológicos da educação, instaurando um paradigma baseado no diálogo intercultural, no reconhecimento mútuo e na escuta ativa. Conforme argumentam Freire (1996) e Santos (2010), a educação libertadora e a ecologia dos saberes são caminhos convergentes para reconstruir a escola como espaço de participação, prazer e pertencimento.

Em termos práticos, as reflexões apresentadas apontam a urgência de políticas públicas de valorização cultural, de formação docente pautada na diversidade e de currículos flexíveis, capazes de integrar os saberes locais às práticas pedagógicas cotidianas. Somente uma escola que reconhece a pluralidade dos modos de existir e de conhecer poderá formar sujeitos críticos, conscientes e engajados com a transformação social.

A decolonização curricular, portanto, deve ser compreendida como processo contínuo de resistência e reconstrução, no qual o reconhecimento das culturas

Realização



Financiamento



Apoio





12, 13 e 14 de novembro

# SEMINÁRIO INTERNACIONAL 2025

A Convivência na Educação Básica e no Ensino Superior: desafios e perspectivas

estudantis não é apenas um gesto de inclusão, mas um ato político de afirmação da vida e de reinvenção do comum.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**: pesquisa, experiências e desafios. Petrópolis: Vozes, 2017.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / desenhos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Abya-Yala, 2009.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Abya-Yala, 2013.

## AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem aos professores e estudantes das escolas públicas que, por meio de suas práticas e narrativas, reafirmam cotidianamente a importância de uma educação culturalmente situada e transformadora.

Realização



Financiamento



Apoio

